

Satélite já é realidade

Atualmente já existem cerca de 15 casas sendo construídas em Samambala. Mas na verdade, uma nova satélite que pretende abrigar 330 mil habitantes — seu desenvolvimento acontece em etapas já que, e autofinanciável —, ainda mostra-se precária para a moradia imediata. Nem por isso tem desestimulado algumas famílias que se lançam na busca de abrigo seguro, fugindo dos altos aluguéis disponíveis em todo o Distrito Federal.

Uma das primeiras famílias que decidiram se instalar em Samambala é a do funcionário da Caesb, Carlos Alberto Batista da Costa, residente na cidade desde agosto passado. Ele, mulher e três filhos, construiu uma pequena casa no fundo do terreno e, apesar das dificuldades, mostra-se empolgado com a ideia de não pagar mais aluguel. Para Maria do Remédio da Silva Costa, esposa de Carlos Alberto, o que se mostra mais necessário no momento é o transporte público.

“Aqui já tem água, luz e esgoto mas o que pega é não ter ônibus. As vezes a gente tem que ir a Taguatinga e não tem jeito, vou de carona, bicicleta e até à pé”, diz ela afirmando que mesmo assim valeu a pena porque a mensalidade do terreno é bem menor do que o aluguel pago anteriormente. Para Carlos Alberto chegar ao trabalho, ele vai diariamente de bicicleta até Taguatinga Sul — que fica em frente à quadra 406 de Samam-

baia — e de lá toma um ônibus para o Plano Piloto. Para que o único filho do casal que estuda possa continuar frequentando a escola, ele foi morar com a avó, também em Taguatinga.

SERVIÇOS

Mas, se o que contém a planta da Área Norte de Samambala, com 480 hectares e já planejada e registrada, tornar-se realidade a cidade não deixará nada a desejar a qualquer outra satélite. Estão discriminados locais para residência, comércio, creches, escolas, centros de saúde, praças de esporte e de lazer e até para mansões. O transporte público terá prioridade sobre o individual, com exceção das bicicletas, às quais serão destinadas amplas ciclovias.

Ainda constam do projeto de Samambala a diversificação das tipologias habitacionais, já que os proprietários dos lotes podem construir como quiserem, apenas observando o código de edificação para evitar exageros, localização de atividade e áreas mais densas ao longo dos eixos de transporte público; acesso máximo a pé aos equipamentos de comércio, serviços e transporte de 500 metros; eliminação de áreas sociais e associação entre os pontos de parada dos transportes coletivos com os demais locais de convergência da população, como praças, escolas e comércio.